



21 a 24 de setembro de 2016

ISSN: 2358-1786

ECONOMIA DA COMUNHÃO E SOLIDÁRIA: CONCEITOS E DESAFIOS DO GERENCIAMENTO EMPRESARIAL

Geovana Nunes^{*}
Watson Nunes^{**}
Olinda Barcellos^{***}

*"Não existem países subdesenvolvidos. Existem países sub administrados."
Peter Drucker (economista, filósofo e pai da administração moderna).*

Resumo: Este artigo analisa o projeto de Economia de Comunhão (EdC), uma proposta de agir econômico e social, que visa colocar o homem no centro das ações da organização, e onde a distribuição de riqueza é a expressão final de uma racionalidade de comunhão. Analisa também o projeto de Economia Solidária (ES), que tem como base o fundamento de uma economia humanizada, com um desenvolvimento sustentável e socialmente justo. O desenvolvimento da Economia da Comunhão nas empresas, com fins solidários, é sustentado na cultura da partilha e na construção dos homens novos, condição fundamental para o nascimento e funcionamento da proposta, o que acontece também no desenvolvimento da Economia Solidária, em que os participantes da atividade econômica não competem entre si, mas cooperam com o todo da organização. Tais princípios contradizem o modelo capitalista atual, predominante nas organizações, onde os valores reais circulam. Os projetos Economia de Comunhão e Economia Solidária foram inspirados no Movimento dos Focolares, de Chiara Lubich, e no resgate das lutas históricas dos trabalhadores do século XIX, respectivamente e, juntas, visam implantar uma nova lógica de atuação empresarial, centrada na pessoa, na sociedade, influenciando um agir econômico, comprometido com a distribuição de riqueza, priorizando ética, justiça e solidariedade na partilha.

Palavras-chave: Economia. Comunhão. Solidária. Riqueza. Distribuição.

Solidarity: Concepts and Challenges of Business Management

Abstract: This paper analyzes the project of Economy of Communion (EoC), a proposed economic and social act that aims to put man at the center of the actions of the organization, and where the distribution of wealth is the ultimate expression of a rationality of communion. It also analyzes the design of Solidarity Economy (SE), which is based on the foundation of a humane economy, with sustainable and socially just development. Development of the

* Acadêmica do Curso de Administração da Faculdade Palotina – FAPAS. E-mail: geovana@medianeiramecanica.com.br.

** Acadêmico do Curso de Administração da Faculdade Palotina – FAPAS. E-mail: watsonnunes@gmail.com.

*** Professora do Curso de Administração da Faculdade Palotina - FAPAS. E-mail: barcellos.olinda@gmail.com.

Economy of Communion in companies, for charity, is supported in the culture of sharing and building of the new men, critical to the birth and operation of the proposal, which also happens in the development of the Solidarity Economy, in which participants condition economic activity does not compete, but cooperate with all the organization. These principles contradict the current, dominant capitalist model in organizations, where the actual values circulate. The Economy of Communion project and Solidarity Economy were inspired by the Focolare, Chiara Lubich, and the rescue of historical struggles of workers in the XIX century respectively, and together they aim to deploy a new logic of business activity, centered on the person, society, influencing an economic act, committed with the distribution of wealth, prioritizing ethics, justice and solidarity in sharing.

Keywords: Economics. Communion. Solidarity. Wealth. Distribution.

Considerações iniciais

O objetivo deste trabalho é apresentar os conceitos de Economia da Comunhão e Economia Solidária, a fim de compreender as especificidades de cada um deles, como uma forma de divulgar o pensamento coletivo e cooperativo, que mesmo surgindo em épocas e contextos diferentes, representam alternativas de gestão que visam a distribuição dos lucros em prol da geração de trabalho e a diminuição da pobreza.

A estrutura deste artigo contém, além desta introdução, inicialmente conceitos históricos sobre a Economia da Comunhão, (EdC), que surgiu em maio de 1991, após uma visita de Chiara Lubich ao Brasil, como uma resposta concreta ao problema social e ao desequilíbrio econômico, do Brasil e do capitalismo em geral. Dirigida primeiramente às empresas, a proposta tem como objetivo dividir a riqueza produzida e fundamentar a dinâmica operacional sobre a comunhão e a fraternidade. Atualmente, muitas empresas no mundo inteiro, inspiram-se na Economia da Comunhão, ao adotar uma administração centralizada na fraternidade, partilhando a riqueza produzida.

A segunda parte do artigo conceitua a Economia Solidária (ES), que surgiu como um resgate das lutas dos trabalhadores do século XIX, que se organizavam em cooperativas, similares a uma organização empresarial, com lideranças e objetivos definidos previamente, porém, com o objetivo maior de diferenciar a mão-de-obra humana de uma mercadoria, defender os interesses dos trabalhadores e ajudar aqueles que se encontrava em situação de desemprego ou à margem da sociedade.

O projeto tem como foco a cooperação entre os participantes da atividade econômica, fundadas em relações de colaboração solidária, que propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas e todas as partes do mundo, em várias empresas, que

possuem a administração coletiva e democrática, onde todas as decisões são tomadas em assembleias de sócios. A partir de então, o seguinte questionamento se apresenta: Como gerenciar, de forma solidária, os lucros gerados pelas empresas, distribuindo estes em prol da geração de emprego, e em projetos sociais dentro da comunidade em que a empresa está inserida?

1 Economia de Comunhão: conceito e origem

A Economia da Comunhão é um movimento que envolve empresários, empresas, associações, instituições econômicas, mas também trabalhadores, gestores, consumidores, poupadores, pesquisadores, operadores econômicos, pobres, cidadãos, famílias, entre outros atores. O projeto nasceu no início dos anos 90 no Brasil, quando a desigualdade socioeconômica alcançava níveis muito altos. Foi uma proposta inspirada no Cristianismo que seguia a idéia de as empresas partilharem livremente seus lucros para promover a inserção socioeconômica dos pobres. Idéia esta considerada inovadora para a época, visto que pouco se falava em responsabilidade social neste período, tão pouco se encontrava ações concretas do assunto (ROSSETTO, 2013).

Um dos desdobramentos práticos do projeto é disponibilizar parte dos lucros das empresas aos mais necessitados, suprimindo suas necessidades básicas, tais como alimentação, vestuário, higiene, assistência médica, educação básica e habitação, e/ou oferecendo postos de trabalho para eles. De um modo mais específico, a proposta contempla a divisão do lucro em três partes: uma voltada para a empresa; outra, voltada para a chamada cultura da partilha, por meio da organização de congressos, estruturas, bolsas de estudo e divulgação na imprensa; e a terceira, voltada para os pobres, classificados conforme o movimento dos Focolares (OLIVEIRA, 2008).

A Economia da Comunhão possui diversas dimensões e seus objetivos gerais e centrais são contribuir para a criação de organizações com espírito cristão e fraterno, com a finalidade de diminuir os problemas sociais. Os conceitos humanos e cristãos que antecipam as idéias da Economia da Comunhão justificam-se por seus antecedentes históricos, o surgimento em meio a segunda guerra mundial e por sua criadora Chiara Lubich, ativista social e cristã.

O seu objetivo é, à luz do Carisma da Unidade, contribuir ao nascimento de empresas fraternas que tem a missão de erradicar a miséria e a injustiça social, para contribuir a edificar um sistema econômico e uma sociedade humana de comunhão, na qual, à imitação da primeira comunidade de Jerusalém, “não havia necessidades entre eles”. (OLIVEIRA, 2012, p. 32).

Segundo Lubich (1999), a ativista social italiana, Chiara Lubich, a partir de uma visita feita as comunidades carentes de São Paulo, em 1991, delimitou as compreensões de Economia de Comunhão, sendo que esta prática deveria canalizar capacidades e recursos para produzir riqueza em prol dos que se encontra em dificuldades. Os lucros devem ser livremente colocados em comum, divididos em três partes, no seguinte sentido, ajudando os pobres, até conseguirem trabalho, desenvolvendo estrutura para formação de pessoas animadas e incentivadas pelo amor, dispostas a vivenciar a cultura da partilha, e incrementando e fortalecendo a própria empresa já constituída.

Para Lubich (1999), as empresas que aderirem ao projeto de Economia de Comunhão, além de ajudar a comunidade em que estão inseridas, auxiliando os mais necessitados e incentivando os pobres a buscar uma vida melhor, conseguem aumentar sua lucratividade devido a visão moderna e justa de economia de mercado, onde os lucros são divididos de tal forma que beneficiem a sociedade e o crescimento da própria empresa.

O grande projeto de Economia de Comunhão foi inspirado no Movimento dos Focolares, também criado por Chiara Lubich, que de forma geral, defendia a ideia de uma sociedade mais justa, com princípios religiosos do amor ao próximo (ROSSETTO, 2013). No tópico seguinte será apresentado o chamado Movimento dos Focolares.

1.1 Movimento dos Focolares

O Movimento dos Focolares nasceu em 1943 durante a segunda guerra mundial, em Trento, norte da Itália. Uma jovem de então 23 anos, Chiara Lubich, ao buscar viver na prática o amor ao próximo, atraiu uma primeira comunidade a viver dessa forma o que acabou por originar o Movimento dos Focolares ou Obra de Maria, como é reconhecido pela Igreja Católica. O propósito que sintetiza o Movimento é a busca da unidade entre as pessoas e entre os povos. Portanto, é aberto a todas as pessoas, sejam elas de outras igrejas, religiões, ou que não possuem um referencial religioso, mas que almejem este mesmo propósito. Hoje o movimento conta com aproximadamente 2 milhões de aderentes e simpatizantes em 182 países (OLIVEIRA, 2008).

O Movimento dos Focolares surgiu das conversas da italiana Chiara Lubich com suas amigas, também jovens, reunidas em torno de uma fogueira no porão das ruínas de sua casa, em Trento, Itália, em 1943. Pensavam em criar um movimento capaz de levar a fraternidade universal, por meio de prática da espiritualidade da unidade entre os povos, para acabar com as guerras e a indigência no mundo. Ela e suas amigas – entre elas Ginetta Calliari, que viria também a ter importância no movimento -, ocupadas em socorrer as vítimas da guerra, formavam um grupo de jovens que procurava viver segundo o modelo das primeiras comunidades cristãs, com plena atenção aos mais necessitados. Concebia-se ali a construção de uma unidade (comunhão) com reflexos sobre o mundo econômico e do trabalho. (LUBICH, 1999).

Para materializar esse ideal, o Movimento começou a fundar pequenas comunidades em vários países – são hoje mais de 70 – chamadas “mariópolis”, sendo que, no Brasil, a primeira dessas cidadelas foi instalada em Recife, em 1958. Essas cidades de Maria serviram inicialmente para centros de estudos e debates, transformando-se depois em pólos empresariais (OLIVEIRA, 2008).

O Movimento dos Focolares expandiu-se ao longo dos anos, foi reconhecido pelo papa João Paulo II e hoje conta com vários aderentes e simpatizantes, espalhados pelos cinco continentes. Conforme já citado acima, foi deste movimento que surgiu o projeto Economia de Comunhão (Edc) (OLIVEIRA, 2008).

Dentre vários exemplos, podemos citar a empresa Mundell & Associates, como uma organização inspirada na economia de comunhão. Fundada em 1995, a Mundell & Associates é uma empresa de 20 pessoas especializada em limpeza e design ambiental. Por exemplo, atualmente ela está auxiliando a Universidade Ball State, a converter todo o seu campus para a energia geotérmica. Dirigida por um casal católico, a Mundell e Associates também faz parte da rede de negócios “economia de comunhão”, ligada ao Movimento (SERAFIM, 2013).

Para Serafim (2013), o fundador das empresas Mundell, ressalta que a questão chave é o que acontece com o lucro. Em uma empresa de economia de comunhão, uma parte dos ganhos anuais é dirigida a um escritório central em Roma, onde são redirecionados a outras partes do mundo, não simplesmente por caridade. O fundador das empresas Mundell ressalta que a economia de comunhão não é apenas uma forma de viver o evangelho, mas também é como uma prática empresarial. Em tese, as relações se tornam como contas de banco às quais podemos recorrer em tempos difíceis.

Segundo Oliveira (2008), os exemplos mundiais de empresas bem sucedidas que aderiram a idéia da Economia de Comunhão e Economia Solidária, inspiraram empresários brasileiros, como Eunice de Lima, proprietária da empresa Dalla Strada, nome italiano que significa ‘vindo da rua’, que emprega jovens em situação de risco, com a atividade de confecção de bolsas feitas com lonas de caminhão. “Tanto os jovens quanto o material usado nas bolsas são recuperados ‘das ruas’. Quando vi essa experiência, vi que era algo que valia a pena dar a minha vida e ali investir minhas economias”, referiu-se Eunice (apud OLIVEIRA, 2008, p 34.). Esses e mais 1.650 exemplos de empresas espalhados pelo mundo estão ajudando a divulgar e espalhar a ideia da Economia de Comunhão e da ajuda ao próximo, com organizações ecológica e socialmente sustentáveis.

2 Economia solidária: conceito e origem

A economia solidária fundamenta a ideia de globalização humanizada, baseado no desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação dos cidadãos, e tem como valor central o ser humano, e não o capital e suas formas. A Economia solidária representa a colaboração solidária, inspirada por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada e riqueza em geral e de capital em particular (BARROS, 2013).

A Economia Solidária surgiu como defesa dos trabalhadores assalariados, contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza. Na época mais intensa do capitalismo, as relações de trabalho assalariado atingiram um grau de exploração do trabalho humano tão elevado, que os trabalhadores organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados (BARROS, 2013).

Segundo Bruni (2001), os sindicatos foram uma forma de defesa e conquista de direitos dos assalariados, e os empreendimentos cooperativados foram uma alternativa de trabalho em meio a toda a exploração humana da época. As experiências mais importantes de Economia Solidária deste período foram as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais e que ganharam várias formas e maneiras de expressar-se no cenário atual.

Apesar da Economia Solidária ter origens diversas em várias dinâmicas culturais, vários são os pontos comuns deste conceito, como a valorização social do trabalhador, a

satisfação plena das necessidades de todos como base da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento da importância da mulher numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação respeitosa com a natureza e os valores de cooperação e solidariedade (BARROS, 2013).

O sistema de finanças solidárias consiste em valorizar principalmente o direito das comunidades e nações, acima de suas próprias finanças. O reflexo desse conceito a nível local, micro e territorial, são as cooperativas de crédito, os bancos cooperativos, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mútuos como componentes importantes do sistema econômico solidário, todos com o objetivo comum de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, favorecendo assim, o acesso popular ao crédito baseados nos seus próprios recursos, nas suas próprias poupanças (MELLO LISBOA, 2005).

O reflexo desse conceito a nível nacional, macro e estrutural, é a descentralização responsável da circulação de moeda nacional e o estímulo ao comércio justo e solidário, utilizando moedas próprias e comunitárias, como uma maneira de regular os fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica, e assim, incentivar o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável da moeda nacional, para evitar toda a atividade que tenha por fim somente o lucro privado e defender os direitos e o total conhecimento da população sobre sua própria economia (MELLO LISBOA, 2005).

Na cadeia produtiva, a Economia Solidária une e fortalece os componentes que integram a mesma, fazendo com que os agentes econômicos se apoiem e se complementem para um fim comum. Relacionando o consumo solidário com a produção, por exemplo, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim, que é responder as necessidades produtivas da sociedade e dos próprios agentes (MELLO LISBOA, 2005).

Cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, com a consciência de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, e valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência do sistema, que resulta em melhor qualidade de trabalho e de vida de cada um e de todos. O pensamento social em conjunto, o uso consciente dos excedentes e a decisão partilhada entre todos os representantes da comunidade permite que se façam investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, com base nas necessidades comuns da sociedade (MELLO LISBOA, 2005)

A Economia Solidária tem a territorialidade e o desenvolvimento local como referência principal, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva, como produção, comercialização e consumo, espalhadas por diversos continentes, com base em princípios solidários e sustentáveis. Assim, consegue promover assim o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais igualmente entre os grupos e os países (BRUNI, 2001).

Do ponto de vista político num Estado democrático, a economia solidária é um projeto de desenvolvimento que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, a igualdade social, o progresso cultural e ambiental e a democracia participativa da comunidade. Para isso, estimula a formação de alianças estratégicas entre as organizações populares, para o exercício dos direitos e responsabilidades dos cidadãos, por meio da democracia e da gestão participativa. (BRUNI, 2001).

A economia solidária defende o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a interferência positiva ou negativa de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que inibem a participação direta dos trabalhadores. Porém, o conceito exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar (BRUNI, 2005).

A economia solidária defende um Estado democraticamente forte colocado a serviço da própria sociedade, que seja transparente e fidedigno, capaz de administrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos (BRUNI, 2005).

Um Estado democraticamente forte, é capaz de desenvolver uma soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações, é capaz também de promover, mediante diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento (MARTINS, 2013).

Sendo assim, a economia solidária é capaz de se diferenciar da economia capitalista e estatal, e constituir-se como um setor econômico da sociedade, fortalecendo o Estado democrático e conquistando avanços nas regras de direito e regulação da sociedade em seu benefício. Ou seja, o conceito econômico solidário define e promove as pessoas como “sujeito” atuante dos meios econômicos, visando a suficiência como resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento sustentável (MARTINS, 2013).

Conforme Martins (2013), dos vários pontos que podem ser destacados como um conceito errôneo de Economia solidária, torna-se fundamental citar que a economia solidária não está orientada para resolver definitivamente os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.

O conceito rejeita as velhas praticas da competição e da maximização da lucratividade individual, defendendo a não mercantilização das pessoas e da natureza à custa da exploração do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais (MARTINS, 2013).

Em geral, a economia solidária confronta-se com a crença capitalista de que o mercado é capaz de ser auto-suficiente para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação da sociedade. O conceito é contra a lógica do mercado capitalista que induz a idéia de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital (MARTINS, 2013).

Contudo, não se pode confundir Economia Solidária com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a participação ativa dos trabalhadores enquanto sujeitos da economia mundial, mas a economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, apenas participa de maneira pressionada, e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perdem o acesso a remuneração e fica excluído do mercado capitalista.

3 Economia da comunhão e economia solidária: alternativas para a evolução econômica

A Economia da Comunhão tem por finalidade básica a comunhão entre os homens e a partilha dos bens. Sendo a Economia da Comunhão um fruto da fé cristã da irmã e protagonista do Movimento dos Focolares, Chiara Lubich, a sua finalidade só pode ser uma expressão parcial da finalidade de trabalhar em vista da unidade e da fraternidade universal. (BRUNI, 2001).

Referente as linhas de ação da Economia da Comunhão, é notável que a sua finalidade está determinada desde 1991, ano de seu surgimento, num texto em que se lê:

A Economia da Comunhão surgiu, para a glória de Deus, a fim de reviver o espírito e a práxis dos primeiros cristãos: A multidão dos fieis era um só coração e uma só alma. E não havia entre eles necessitado algum (BRUNI, 2001, p.27).

A economia é uma das áreas em que a afirmação do valor do indivíduo encontrou maior liberdade e expressão. Os estudos de Max Weber (1920), ligando o nascimento do capitalismo à cultura cristã, são bem conhecidos no mundo todo. Porém, a economia se distancia um pouco do valor humano quando expressa conceitos capitalistas de maximização da riqueza pessoal e a busca incontrolável pelo lucro, e é por isso que se tornam indispensáveis os estudos dos conceitos de solidariedade e comunhão (BRUNI, 2001).

A Economia tem sido abordada de maneira instrumental e individualista, desempenhando um papel fundamental neste conceito, pois expressa a idéia que os economistas atuais têm em mente quando criam modelos para descrever e interpretar o mundo econômico, ou seja, ações racionais como escolha principal para satisfazer os objetivos pessoais. Esta abordagem é chamada hoje de instrumental. A abordagem instrumental da racionalidade se expressa na ideia de maximização das utilidades e necessidades pessoais. E as relações interpessoais também são englobadas nestes conceitos, que vêem as amizades como úteis para cada indivíduo, ou seja, o benefício da relação não é mútuo, é individual. (BRUNI, 2001).

Cada vez, um número crescente de economistas está insatisfeito com essa orientação da teoria econômica predominante de individualismo e egoísmo, porque houve uma retomada da consciência social e ambiental, e o indivíduo que antes visava apenas o lucro, agora pensa no bem estar do próximo e quer lutar por uma economia mais justa. Sobre tal mudança de pensamento, a escrita abaixo é esclarecedora.

Um fator importante na economia atual é a não - condicionalidade, que permite interpretar a economia sob vários pontos de vista, e somada a reciprocidade, que é a condição de realizar uma ação, cooperar, contato que você também coopere, ajude-me, é a forma mais próxima de uma economia solidária e o pensamento de comunhão. Porém, a mudança de pensamento está se aproximando cada vez mais do conceito totalmente social, seguindo a lógica, ajudo você, porque você é meu amigo, meu parceiro, e sendo amigos, constituímos um agente plural. Mas para sermos amigos, é necessária a reciprocidade que tanto se fala você também deve ser meu amigo, e deve demonstrar com uma atitude de reciprocidade, pois só assim vamos ter a consciência de fazermos parte do mesmo grupo, de sermos uma equipe, a idéia de comunhão e solidariedade voltada para a economia é exatamente isso (BRUNI, 2001, p. 37)

Os exemplos nacionais de empresas que adotaram o projeto de Economia Solidária são muitos, e o governo brasileiro tem incentivado este novo modelo de gestão e criação de empresa, através da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES). As empresas são conhecidas como Empresa de Economia Solidária (EES), são organizações urbanas ou rurais, de produtores, consumidores e de crédito, baseadas no trabalho cooperativo, na autogestão, na

livre associação e no processo decisório democrático, e cada associado participante das organizações representa um voto (MARTINS, 2013).

O modelo de Empresa de Economia Solidária é baseado na ideologia já citada acima, em que os meios de produção são de propriedade coletiva e a gestão da empresa pertence aos seus associados, sem a figura exclusiva de um diretor ou gerente que dirige o empreendimento solidário (MARTINS, 2013).

A Empresa de Economia Solidária pode atuar em diversos segmentos do mercado econômico, como indústria, comércio ou prestação de serviços e proporciona assim, uma nova opção de inclusão social, econômica e educativa para a sociedade brasileira, pois estas organizações são compostas, em sua maioria, por trabalhadores de baixa renda, desempregados ou a caminho do desemprego, trabalhadores informais ou subempregados e empobrecidos (MARTINS, 2013).

O texto abaixo alerta para a importância do conhecimento das Empresas de Economia Solidária, por parte da sociedade e dos próprios empresários:

O empresariado brasileiro deve estabelecer negócios com as EES, pois desta forma realizará seus negócios normalmente na busca de resultados econômicos e, ao mesmo tempo, estarão permitindo que um novo modelo empreendedor ganhe força (MARTINS, 2013, p. 13).

A aposta na Economia da Comunhão como modelo de criação e gestão de empresa proporciona vantagens tanto para aquele negócio que já está estabilizado no mercado, quanto para as novas organizações que serão criadas, garantindo o desenvolvimento de pessoas que não teriam chances para manter um negócio realizado individualmente, ou mesmo uma empresa capaz de competir de forma igual no mercado de trabalho. O sucesso da proposta das Empresas de Economia Solidária depende dos agentes que compõem o projeto, que resgatam o social com um perfil de solidariedade, mas depende também do apoio dos agentes públicos e privados, que deverão adotar políticas de incentivo, sem se afastar dos projetos que beneficiam seu próprio negócio (MARTINS, 2013).

Conforme Martins (2013), com o avanço das empresas de economia solidária, os micro e pequenos empresários tem outras possibilidades de desenvolvimento e avanço dos seus negócios, desde que associaram sua atividade econômica ao projeto, na cidade de São Bernardo do Campo, por exemplo, a Prefeitura adotou a idéia das empresas de economia solidária, junto com a Universidade Metodista de São Paulo e com o apoio do FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), e iniciaram um projeto para a criação de 20

empreendimentos de economia solidária, que irão movimentar o desenvolvimento econômico e social da região do ABC paulista.

Ainda segundo o autor, outras iniciativas estão sendo divulgadas em outros pontos do território nacional, no total constam aproximadamente 14.954 empreendimentos cadastrados, sendo 6.549 no Nordeste, 2.592 no Sul, 1.884 no Norte, 2.144 no Sudeste e 1.785 no centro-oeste do país.

A nova ideia de pensar economicamente e socialmente vem ganhando espaço ao longo dos anos, e é de extrema importância que a sociedade e os empresários tomem conhecimento dos projetos que envolvem as empresas de economia solidária, que são de fácil acesso, de fácil entendimento e que podem criar novas organizações e traçar novos rumos para os negócios já estabilizados. Não se trata somente da ação social, trata-se também de uma nova maneira de gerenciar um empreendimento com ampliação de visão, ideias, negócios.

Considerações finais

Considerando os conceitos neste trabalho apresentados, a Economia da Comunhão tem sua origem igual e ao mesmo tempo diferente da Economia Solidária. A semelhança é que a Economia da Comunhão foi inspirada na situação da miséria no Brasil, a mesma enfrentada pela Inglaterra na época do surgimento da Economia Solidária, com crises no setor econômico, gerando falta de emprego e revoltas das classes trabalhadoras.

E diferente por ter surgido dentro de uma comunidade, tornando a ideia de comunhão um objetivo comum aos participantes e servindo de inspiração posterior para a classe empresarial, ao contrário da Economia Solidária que foi criada baseada nas cooperativas dos trabalhadores da Inglaterra, que organizaram as cooperativas como pequenos empreendimentos e que inspiraram projetos cristãos e fraternos após seu surgimento.

A Economia da Comunhão é voltada para as empresas capitalistas já existentes, pois sugere que parte dos lucros gerados por elas sejam destinados a projetos sociais que insiram os desempregados novamente ao mercado de trabalho, e que, enquanto isto não aconteça, possam ter algum auxílio ou renda para que continuem a movimentar a economia, por outro lado, a Economia Solidária é voltada para a criação de empresas cooperativas, organizadas pelos próprios trabalhadores.

Portanto, o presente artigo apresentou uma forma de como gerenciar, solidariamente os lucros gerados pelas empresas, distribuindo estes em prol da geração de emprego, e em projetos sociais dentro da comunidade em que a empresa está inserida, divulgando os

princípios de melhoria de vida e bem-estar social na economia tradicional, com o intuito de criar uma sociedade econômica e socialmente menos injusta.

Este trabalho permitiu constatar que os projetos mostram o novo jeito de pensar economicamente, visando não somente o lucro e o consumismo do modelo capitalista atual, mas também a doação e a preocupação com o ambiente em que se vive. Os exemplos reais apresentados provam que é possível existir cooperação e ajuda mútua entre empresários e sociedade e o apoio aos projetos de cunho social trazem benefícios não só para as organizações, mas enobrece as pessoas que assim pensam e agem.

Referências

BARROS, Silvia Martí. EdC e cultura da partilha: uma racionalidade de comunhão na liberdade. **Revista de Economia de Comunhão**, Rio de Janeiro, nº 3, 2013. Disponível em: <<http://www.anpecom.com.br>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

BENTO, Fabio Régio. Um movimento de fronteiras: Os focolares como sujeito internacional. **Revista Eletrônica de Economia de Comunhão**. Disponível em: <<http://www.clfc.puc-rio.br/redec>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

BRANDALISE, Luiz Antonio. O lucro e sua explicação pela teoria do risco e da incerteza. **Revista de Economia de Comunhão**, Rio de Janeiro, nº 3, 2013. Disponível em: <<http://www.anpecom.com.br>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

BRUNI, Luigino. Comunhão e Reciprocidade. **Revista ABBA**, vol. IV, Ano 2001.

CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Divulgada em junho de 2003, III Plenária Nacional da Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 27 maio 2014.

MARQUES, Dalto Siqueira Pitta. Economia da Comunhão e redes de empresas: estudo de caso e análise do conteúdo. **Revista da FAE**, vol. 10. N. 2, p. 115-129, jul/dez 2007.

MARTINS, José Carlos. Empresa de Economia Solidária: uma nova forma de se fazer negócio. **Revista Gestão & Negócios**, artigo publicado em 05 abr. 2013.

MELO LISBOA, Armando de. Economia Solidária e Autogestão: Imprecisões e Limites. **Revista de Administração de Empresas - ERA**, vol. 45. n. 3, p. 109 a 114, Julho/Setembro 2005.

MELO NETO, José Francisco de. **Educação popular em economia solidária**. Artigo publicado em 23/03/2013).

MELO, Miguel Otávio Barreto Campelo de. Gestão de empresas na Economia de Comunhão: Estudo de caso no Nordeste do Brasil. **Revista Gestão Industrial**, artigo publicado em 17 jul. 2012.

MENEGASSI, Cláudia Herrero Martins. Economia de Comunhão e Economia Solidária: Uma distinção de conceitos. **Revista de Economia de Comunhão**, Rio de Janeiro, n° 3, 2013. Disponível em: <<http://www.anpecom.com.br>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

OLIVEIRA, Marcos Eduardo de. Chiara Lubich e a Economia de Comunhão. **Revista de Economia de Comunhão**, Rio de Janeiro, n° 2, 2008. Disponível em: <<http://www.anpecom.com.br>>. Acesso em: 03 set. 2013.

PRATES, Thiago. **Energia Geotérmica e Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://thiagoprates.pbworks.com>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

ROSSETTO, Cristina B. de Souza. They Don't care about them, but we do: um ensaio sobre capital social, pobreza e Economia de Comunhão. **Revista de Economia de Comunhão**, Rio de Janeiro, n° 3, 2013. Disponível em: <<http://www.anpecom.com.br>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

SERAFIM, Mauricio. Economia de Comunhão como expressão de uma economia plural de origem religiosa. **Revista de Economia de Comunhão**, Rio de Janeiro, n° 3, 2013. Disponível em: <<http://www.anpecom.com.br>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

SINGER, Paul. **Entrevista sobre Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2014.